



JUCESP PROTOCOLO  
0.544.787/11-0



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

(a) como emissora, **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Surubiju, nº 2.010 e 2.050, Parte, Bairro de Alphaville, Centro Industrial e Empresarial, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.296.295/0001-60, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora"); e

(b) como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão de oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Emissora ("Debenturistas", e individualmente "Debenturista"), **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 476") ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



1  
↑



## CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 7 de junho de 2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

### 2.1. Da Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Emissão também não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("ANBIMA"), por se tratar de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.





2  




2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar cópia desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente registrados, ao Agente Fiduciário e à CETIP (conforme definido abaixo).

## **2.4. Registro para Colocação e Negociação**

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13, da Instrução CVM n.º 476 e mediante cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17, da Instrução CVM n.º 476.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única.

**3.2. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 300 (trezentas) Debêntures.

**3.3. Valor Total da Emissão:** O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definido, será de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

**3.4. Destinação de Recursos:** Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados para reforço do capital de giro da Emissora.



**3.5. Número da Emissão:** Esta Escritura de Emissão representa a primeira emissão de Debêntures da Emissora.

**3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador:** O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A, instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador e instituição depositária das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador").

**3.7. Objeto Social da Emissora:** A Emissora tem como seu objeto social (a) a exploração dos serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, de acordo com as concessões outorgadas pelas autoridades competentes, (b) a exploração de atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais, (c) a prestação de serviços de manutenção e reparos de aeronaves, motores, partes e peças, próprias ou de terceiros, (d) a prestação de serviços de hangaragem de aviões, (e) a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissária de bordo e limpeza de aeronaves, (f) a aquisição e arrendamento de aeronaves e outros ativos relacionados, (g) o desenvolvimento de atividades de agência de viagens e turismo, e (h) o desenvolvimento de outras atividades conexas, incidentais, complementares ou relacionadas às atividades anteriores.

### **3.8. Aquisição Facultativa**

3.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is)



aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

3.8.2. As Debêntures adquiridas nos termos previstos nesta Cláusula poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

3.8.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação.

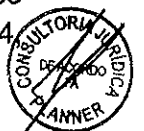
#### CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, conferido pelo **BB – Banco de Investimento S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º Andar, na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da Primeira Emissão da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A." a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observadas as disposições do artigo 3º, parágrafo único, da Instrução CVM n.º 476 referente aos fundos de investimentos.

4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109, da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004.



5



conforme alterada, observado, ainda, o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM n.º 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM n.º 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula Quarta, (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor aumentado em nenhuma hipótese.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de junho de 2011 ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações eventualmente emitidas pela Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.



6





parcial das Debêntures, observado o artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a ser amplamente divulgada nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo Resgate Antecipado a ser implementado pela Emissora ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá ser comunicada acerca do Resgate Antecipado, total ou parcial, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.9.1.1. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (c) o valor de resgate correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures objeto do Resgate Antecipado, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data de pagamento imediatamente anterior e pagos ao final de cada período de capitalização; e (ii) demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado, e (d) o Prêmio de Resgate, conforme definido no item 4.9.1.2. abaixo; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.9.1.2. Sobre o valor a ser resgatado, equivalente ao saldo do valor principal acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a Data do Resgate, será devido um prêmio de resgate ("Prêmio de Resgate") que será calculado da seguinte forma:

- (a) se o Resgate Antecipado ocorrer até o final do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, o Prêmio de Resgate será equivalente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado;
- (b) se o Resgate Antecipado ocorrer a partir início do 13º (décimo terceiro) mês, inclusive, até o final do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data de Emissão, o Prêmio de Resgate será equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado; e





- (c) se o Resgate Antecipado ocorrer a partir início do 25º (vigésimo quinto) mês, inclusive, até o final do 36º (trigésimo sexto) mês a contar da Data de Emissão, o Prêmio de Resgate será equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor a ser resgatado.

4.9.2. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da comunicação enviada ao Agente Fiduciário informando tal evento, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data.

4.9.2.1. Na hipótese de Resgate Antecipado parcial, o mesmo deverá ser realizado por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.9.3. A CETIP, por meio de carta da Emissora que contenha a ciência do Agente Fiduciário acerca do assunto, deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 02 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.9.4. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### **4.10. Remuneração**

4.10.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 124% (cento e vinte e quatro por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou



4.10.2. O cálculo da Remuneração obedecerá a seguinte fórmula:

onde:

onde:

10





autoridades competentes ou, na falta desta, os parâmetros, índices, taxas ou bases de remuneração substitutas que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias ("Taxa Substitutiva"). A AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal ou judicial da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, a fórmula estabelecida no item 4.10.2. acima e para a apuração de "TDI<sub>k</sub>", será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.10.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.10.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na AGD entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 85% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 4.9), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

4.10.6. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive.

#### 4.11. Pagamento da Remuneração



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

4.11.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos trimestralmente, sem período de carência, a contar da Data de Emissão, começando, portanto, em 15 de setembro de 2011. Para fins desta Escritura de Emissão, "Data de Pagamento da Primeira Parcela da Remuneração" significa a primeira data de pagamento da Remuneração e "Data de Pagamento da Remuneração" significa as datas de pagamento da Remuneração, inclusive a Data de Pagamento da Primeira Parcela da Remuneração.

#### 4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, desde que aprovado pelos Debenturistas reunidos em AGD, quando houver, nos termos desta Escritura de Emissão, e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, quando necessário.

#### 4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. São considerados eventos de inadimplemento, podendo acarretar o vencimento antecipado das Debêntures e a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos, a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, desde que comprovadamente, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;





- (h) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, de autofalência ou decretação de falência, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou seu acionista controlador;
- (i) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar material e significativamente a capacidade legal ou financeira que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e condição de pagamento e ponha em risco a continuidade dos negócios da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (k) término ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, desde que um novo contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, devidamente anuído pelos Debenturistas, não seja celebrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados do término ou rescisão do contrato original;
- (l) não atendimento de reforço das garantias reais adicionais prestadas aos Debenturistas pela Emissora quando solicitado pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária a ser celebrado;
- (m) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora, de ativos permanentes em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), que possa ser material e que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e condição de pagamento e ponha em risco a continuidade



dos negócios da Emissora e possa afetar adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão, admitidos os casos de alienação de aeronaves, motores, simuladores e/ou outros bens feitos no curso ordinário das atividades da Emissora, desde que os recursos oriundos de tais vendas sejam investidos exclusivamente no cumprimento do objeto social da Emissora. Excetua-se a condição de vencimento antecipado ora regulada se, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar do evento, a Emissora demonstre que não sofreu qualquer abalo à sua capacidade econômico-financeira de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;

- (n) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (o) não renovação da concessão dos serviços de transporte aéreo que possa impactar significativamente o fluxo de caixa da Emissora e a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (p) realização por qualquer autoridade governamental de ato com o objetivo de seqüestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, de maneira que afete a capacidade da Emissora no cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão;
- (q) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.

4.14.2. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário, para que este tome as providências devidas.





4.14.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (b), (d), (f), (h), (k) e (o) acima, desde que observados os prazos de curas estipulados em cada item especificamente, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido, independentemente da convocação de AGD ou notificação à Emissora.

4.14.4. Na ocorrência dos eventos descritos nos incisos (a), (c), (g), (i), (j), (l), (m), (n), (p), (q) e (r) acima, o vencimento antecipado deverá ser declarado por Debenturistas reunidos em assembleia representando mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação (excluindo as Debêntures eventualmente detidas pela Emissora, garantidoras, controladores, controlados e demais pessoas vinculadas).

4.14.5. Exclusivamente na ocorrência do evento descrito no item (e) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma AGD para deliberar sobre o evento em até 10 (dez) Dias Úteis. A Emissora poderá, a seu critério, participar da referida assembleia geral, apresentando aos Debenturistas fatos e explicações acerca do evento de alteração do controle acionário e de suas consequências para a Emissora. Nesta hipótese, a não decretação de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da manifestação favorável de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação (excluindo as Debêntures eventualmente detidas pela Emissora, garantidoras, controladores, controlados e demais pessoas vinculadas).

4.14.6. O pagamento dos valores mencionados no item 4.14.1 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, será realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da comunicação escrita a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. desta Escritura de Emissão.

#### **4.15. Multa e Juros Moratórios**

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures que será devida até a data do efetivo pagamento das Debêntures nos termos do item 4.10. acima, ocorrendo



impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso.

#### **4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em eventual comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.17. Local de Pagamento**

4.17.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

#### **4.18. Prorrogação dos Prazos**

4.18.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação que deva ser realizado por meio da CETIP, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.



#### 4.19. Publicidade

4.19.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) no Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) no DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### 4.20. Imunidade de Debenturistas

4.20.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.21. Garantia

4.21.1. Em garantia ao integral e pontual cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, será constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Emissora ("Garantia"). Os direitos creditórios são provenientes de ordens de pagamentos performadas com cartões de crédito Visa e representarão até 1/3 (um terço) do Valor Total da Emissão ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"). A Garantia será formalizada por meio da celebração do "Contrato de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios e Outras Avenças", entre a Emissora, o Agente Fiduciário e Banco do Brasil S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária"), e constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos dos domicílios das partes signatárias do referido contrato.



## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, os prestadores de serviço inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (a) banco mandatário e agente escriturador, (b) agente fiduciário, e (c) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (i.e., SND);
- (b) apresentar ao público, nos termos da Instrução CVM n.º 476, fatos relevantes;
- (c) comunicar aos titulares de Debêntures, ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam materialmente afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (d) comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração materialmente relevante em sua condição financeira ou societária que, comprovadamente, afete a capacidade creditícia e a condição de pagamento da Emissora, colocando em risco a continuidade dos negócios da mesma, de tal maneira que possa afetar a tomada de decisão, por parte dos investidores em adquirir as Debêntures;
- (e) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400");
- (f) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM n.º 400;



- (g) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (h) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (i) comunicar ao Agente Fiduciário o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive com relação às suas obrigações, pecuniárias e não pecuniárias, contraídas perante os titulares das Debêntures, imediatamente após o referido descumprimento;
- (j) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (l) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (m) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- ## CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- 

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e contratuais necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições regulamentares aplicáveis expedidas pelo Banco Central do Brasil, em especial, das disposições contidas na Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) Parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 3 (três) dias úteis após a assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o



vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;

- (b) O pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada "*pro rata temporis*";
- (d) Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) a assessoria aos Debenturistas, (ii) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas, (iii) a implementação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora, e para (iv) a execução da Garantia ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o mínimo de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por mês durante o período em a Emissora permanecer nessa situação;





- (e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor devido;
- (f) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- (g) A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização entre outros;
- (h) Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- (i) O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante pagamento por boleto bancário, emitido com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência à data do pagamento;
- (j) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas; e
- (k) No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando lacunas e irregularidades porventura existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer às AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CETIP, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida AGD;
- (l) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:



- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, pública ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário bem como demais informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de tais emissões, se houver; e
- (x) calcular diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos

Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

- (m) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (l) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CETIP;
  - (iv) na CVM; e
  - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas; e
- (r) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais onde a Emissora efetuar suas publicações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que tiver ciência do evento, a





comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13.1.

6.9.6. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos das demais publicações da Emissora.

6.9.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades



por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) no quorum de deliberação das



Assembleias Gerais de Debenturistas; ou (iv) nas hipóteses de vencimento antecipado, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria absoluta das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora adquirir e cancelar, e aquelas eventualmente detidas pelos controladores, controladas e demais pessoas vinculadas à Emissora.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

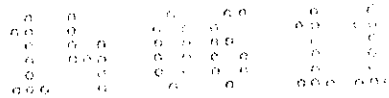
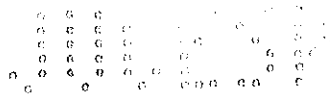
7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;





- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) descumprimento de qualquer desses contratos ou instrumentos; (iii) descumprimento de qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (f) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (g) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;

35



- (h) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas; e
- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP.

8.1.1. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Oitava.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

## CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES



9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**

Alameda Surubiju, nº 2.010 e 2.050, Parte, Bairro de Alphaville, Centro Industrial e Empresarial

Barueri, SP

Sr. Alexandre Wagner Malfitani

Diretor de Finanças

Tel: (11) 4134-9807

Fac-símile: (11) 4134-9890

E-mail: [alex.malfitani@voeazul.com.br](mailto:alex.malfitani@voeazul.com.br)

**Para o Agente Fiduciário:**

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP 04538-132, Itaim Bibi, São Paulo, SP

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

E-mail: [vrodriques@plannercorretora.com.br](mailto:vrodriques@plannercorretora.com.br)

**Para o Banco Mandatário:**

**Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar  
São Paulo, SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos

Tel.: (11) 5029-1910

Fax.: (11) 5029-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**



Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar  
CEP 01452-001 São Paulo, SP  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fac-símile: (11) 3111-1564  
E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência, nos termos desta Cláusula Nona.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura de Emissão serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

#### **CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá





[illegible]

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[o restante da página foi intencionalmente deixado em branco]

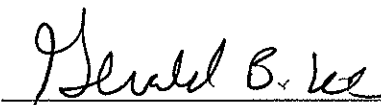




Página 1 (um) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrado em 8 de junho de 2011.

**AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**

  
Nome: **David Neeleman**  
Cargo: **Diretor Presidente**  
**Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A.**

  
Nome: **Gerald Blake Lee**  
Cargo: **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**  
**PROCURADOR**



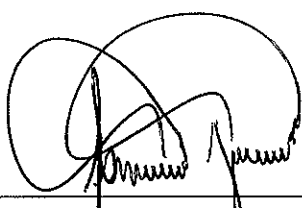




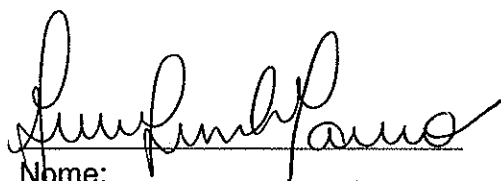
Página 2 (dois) de 2 (dois), de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., celebrado em 8 de junho de 2011.


**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Viviane Rodrigues  
Diretora

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: Flávio D. Aguietoni  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: Aline Munhoz Zamora  
RG: 32.485.341 -5  
CPF/MF: CPF: 216.841.928 -03

  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: Priscilla Ferreira Branco  
Identidade: 12626633-7 - IFP  
CPF/MF: CPF: 090614607-67

SP - 109789-00003 - 6213695v5



42

